

JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI

**DIREITO
PROCESSUAL CIVIL**
entre comparação e harmonização

2021



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

D598 Direito Processual Civil: Entre Comparação e Harmonização / José Rogério Cruz e Tucci – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
304 p. (Ensaios)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5680-141-4

1. Direito Processual Civil. I. Tucci, José Rogério Cruz e. II. Título.

1185662

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

I. INTRODUÇÃO. COMPARAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL	11
II. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA NA NOVA AÇÃO COLETIVA ITALIANA	17
1. Introdução.....	17
2. Vicissitudes da <i>class action</i> italiana	22
3. Técnica dos limites da coisa julgada nas ações coletivas no direito brasileiro	24
4. Terceiros beneficiados pela coisa julgada	27
5. Direitos individuais homogêneos: eficácia da sentença e extensão da coisa julgada	28
6. Eficácia da sentença de procedência proferida na ação coletiva e extensão da coisa julgada	31
7. <i>Right to opt out</i> como expressão das garantias constitucionais do processo	32
7.1. Nota prévia	32
7.2. Estados Unidos	33
7.3. Canadá.....	37
8. Coisa julgada no atual modelo da ação coletiva italiana ...	38
III. PERSPECTIVA SUPRANACIONAL DAS GARANTIAS PROCESSUAIS EM RELAÇÃO AOS TERCEIROS	43
1. Noção de devido processo legal (em sentido processual) ..	43
2. Princípio do contraditório	46

3.	Posicionamento da doutrina e da jurisprudência sob o enfoque constitucional.....	52
4.	Inconstitucionalidade de atual orientação jurisprudencial (pluralidade de legitimados para demandar indenização por dano moral)	65
5.	Princípio da isonomia processual	71
6.	Posicionamento da doutrina: inviabilidade da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	73
7.	Garantias constitucionais do processo e <i>collateral estoppel</i> ...	78
8.	Terceiros nas ações coletivas e a coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	87
IV.	SOBRE A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NA EUROPA COMUNITÁRIA.....	97
1.	Oportunidade da tutela jurisdicional	97
2.	Determinação casuística da dicção <i>prazo razoável</i>	99
3.	Arco temporal considerado: <i>dies a quo</i> e <i>dies ad quem</i>	104
4.	Critério para fixação do <i>quantum debeatur</i>	105
5.	Novas diretrizes e caráter subsidiário da Corte Europeia...	106
6.	Solução <i>intra muros</i> : a “lei Pinto”	108
7.	Duração razoável nos países da “zona do euro”	112
8.	Duração razoável nos demais países da União Europeia ...	118
9.	Nota conclusiva.....	118
V.	SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO....	121
1.	Introdução: aproximação dos regimes processuais europeus.....	121
2.	Audiência de saneamento sob a perspectiva da comparação jurídica.....	124
3.	Antecedentes da reforma brasileira.....	131
4.	Finalidade do saneamento	133
5.	Complexidade da causa e imposição de audiência para o saneamento compartilhado	134

VI. OBJETO LITIGIOSO NA DOGMÁTICA DO PROCESSO CIVIL ALEMÃO	141
1. Introdução.....	141
2. Dilema entre substanciação e individualização da demanda	142
3. Pretensão processual como objeto do processo	145
4. Pretensão material como objeto litigioso.....	149
5. Objeto litigioso como tema central da doutrina alemã...	151
6. Objeto litigioso como afirmação jurídica (segundo a natureza da demanda)	152
7. Objeto litigioso delimitado exclusivamente pelo pedido ..	154
8. Causa de pedir e pedido como elementos objetivos da demanda.....	158
VII. APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO PROCESSUAL CIVIL BELGA	163
1. Nota introdutória	163
2. Fontes atuais do processo civil	163
3. Organização judiciária	164
4. Princípios, características e regras técnicas.....	167
5. Procedimentos.....	169
6. Ajuizamento da demanda	169
7. Resposta do réu	170
8. Intervenção de terceiros	171
9. Poderes do juiz e determinação do objeto litigioso	172
10. Produção da prova	173
11. Atos decisórios.....	174
12. Recursos	175
13. Coisa julgada.....	178
14. Procedimento monitório	179
15. Execução	179

16.	Medida cautelar de natureza patrimonial	180
17.	Despesas processuais e honorários advocatícios	180
18.	Arbitragem	181
VIII. FONTES E ESTRUTURA DO PROCESSO CIVIL CA-		
NADENSE		183
1.	Nota introdutória	183
2.	Fontes atuais do processo civil	185
3.	Organização judiciária	186
4.	<i>Stare decisis</i>	187
5.	Panorama do processo civil do <i>common law</i>	189
6.	Panorama do processo civil do <i>civil law</i>	193
7.	Ações coletivas.....	198
8.	Meios alternativos de solução dos conflitos	203
9.	Advertência final	204
IX. FONTES E ESTRUTURA DO PROCESSO CIVIL IN-		
GLÊS		207
1.	Nota introdutória	207
2.	Fontes atuais do processo civil	208
3.	Organização judiciária	211
4.	<i>Stare decisis</i>	213
5.	Princípios, características e regras técnicas.....	216
6.	Expediente antes do ajuizamento da demanda (<i>pre-ac-</i> <i>tion phase</i>).....	220
7.	Procedimentos.....	221
8.	Ajuizamento da demanda	223
9.	Resposta do réu	225
10.	Ampliação subjetiva da demanda	226
11.	Poderes do juiz – <i>case management</i>	226
12.	Produção da prova.....	228

13.	Provimentos de urgência e sentença	231
14.	Apelação	234
15.	Coisa julgada	235
16.	Execução	236
17.	Despesas processuais	237
18.	Honorários advocatícios	238
19.	Ações coletivas (<i>multy-party procedure</i>)	239
X.	CONCEITO E FUNÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL NA EXPERIÊNCIA JURÍDICA DO <i>COMMON LAW</i>	241
1.	Gênese histórica do <i>common law</i>	241
2.	Precedente vinculante: tradição e praxe judiciária	247
3.	Consolidação da teoria do <i>stare decisis</i>	252
4.	Conservação dos precedentes judiciais	254
5.	Panorama da recepção do <i>common law</i> na América do Norte	256
5.1.	Estados Unidos	256
5.2.	Canadá	259
6.	Características formais dos precedentes: hierarquia, autorreferência e método distintivo (<i>distinguishing</i>)	261
7.	<i>Ratio decidendi, obiter dictum e dissenting opinion</i>	266
8.	Exceções à regra do precedente vinculante	270
9.	<i>Case law</i> e direito casuístico: confronto e contrastes	272
10.	<i>Common law</i> e direito codificado	276
	BIBLIOGRAFIA	279